Democracia Socialista

Ano I - Nº 4 - Julho de 2004

Conservadorismo prevalece na votação do mínimo

Vitória amarga. Aprovação da proposta do governo tem sabor de derrota para os trabalhadores.



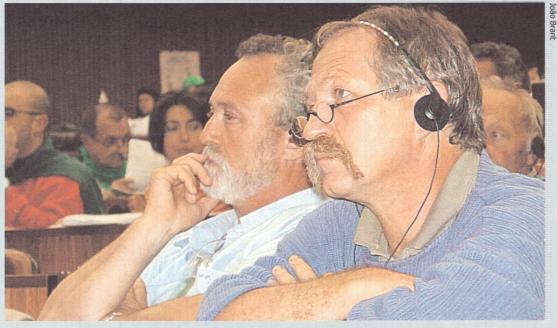
Quem te viu. Em 1999, o então deputado Antonio Palocci protesta contra a proposta do governo para o mínimo.

Sem titubear. Conferência reafirma oposição ao neoliberalismo e às transnacionais.

Via Campesina critica subsídios agrícolas

Os 450 delegados presentes na IV Conferência Internacional da Via Campesina apontaram as lutas contra os transgênicos, contra as transnacionais e pela soberania alimentar como as principais pautas para o próximo período. Não faltaram críticas ao subsídio dado aos grandes agricultores e à recente manifestação da FAO a favor dos transgênicos, questionada por Paul Nicholson e José Bové (ao lado).

Página 8



Luizianne Lins fala das propostas para Fortaleza.

"Queremos mudar a cultura política da cidade"

Convencer o PT de que deveria haver candidatura própria em Fortaleza não foi fácil. A base municipal do partido já tinha esse sentimento desde 2002, e confirmou a vontade nas prévias. Dentre três précandidatos, Luizianne Lins foi a escolhida. Jornalista e professora universitária, ela é atualmente deputada estadual, e confirma sua trajetória de lutas aguerridas presidindo a Comissão de Direitos Humanos da

Assembléia Legislativa do Ceará. Em entrevista ao Democracia Socialista, ela expõe suas propostas para a cidade e analisa o cenário das eleições.

Página 5



nimo de 260 reais foi considerada uma vitória pelo governo. Resta saber para quem. Perderam os trabalhadores, que tinham a expectativa de uma elevação que apontasse uma política de recuperação, e ganhou a direita, que com sua proposta de R\$ 275 ainda posou de defensora de bandeiras populares.

Por meio de nota, 20 parlamentares da esquerda do partido expressaram a disposição de intervir para alterar essa política. No entanto, a divisão na tática de votação acabou diminuindo o impacto dessas manifestações. A esquerda sai do episódio com a dura tarefa de construir uma coordenação comum, num projeto de outro rumo para o PT.

Convidado especial

Flávio Koutzii não quer que o PT se cale diante do governo Lula.

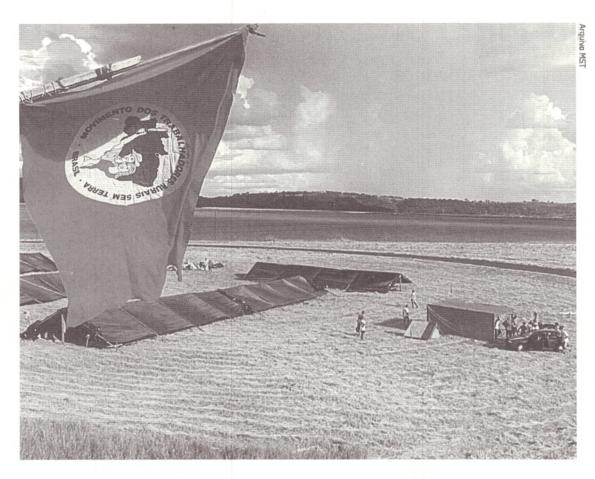
Página 4

Duas décadas de luta pela reforma agrária

MST 20 anos. Comemoração acontece em paralelo à tentativa de criminalização.

No dia 19 de junho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra comemorou seus 20 anos. Queremos deixar registrada nossa homenagem a um dos mais importantes movimentos sociais do país. A reforma agrária, luta diária do movimento, é condição indispensável para o desenvolvimento com distribuição de renda, e um dos principais pilares da luta contra a desigualdade social. Herdeiro de diversos movimentos populares do país, especialmente dos camponeses, o MST mantém viva a esperança dos lutadores do povo.

Nesse momento de júbilo, fica também a denúncia da perseguição ao movimento praticada por um dos maiores defensores do latifúndio e do desmatamento. O deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), autor dos requerimentos de quebra de sigilo bancário da ANCA e da Concrab, é grande proprietário de terras e já foi presidente da UDR. Ele é neto de Moisés Lupion, ex-governador do Paraná, que foi afastado e preso por corrupção.



Proezas dos Lupion

Moisés foi megagrileiro, chegando a criar uma empresa que revendia áreas devolutas cultivadas por posseiros; foi acusado inclusive de revender uma praça pública. Abelardo, por sua vez,

segundo o Diap, foi o idealizador do decreto governamental que proíbe vistoria em terras ocupadas, e é conhecido aliado da repressão militar.

A tentativa de criminalização do MST representa, portanto,

um ataque à reforma agrária e ao movimento popular. Vindo de quem vem, nada espantoso. Ao denunciar essa perseguição, rechaçamos também os que atuam para manter a estrutura fundiária aviltante ainda vigente no Brasil.

O Brasil quer trabalhar

De 12 a 17 de julho, a CMS promove uma semana de mobilização com o tema "O Brasil quer trabalhar". MST, CMP, UNE, Marcha Mundial de Mulheres, MTD e CUT vão organizar atos, marchas e acampamentos em vários estados. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados concentra forças no cadastramento de desempregados, enquanto a CUT centrará suas atividades no dia 16/7, recolhendo assinaturas para o abaixo-assinado de apoio ao projeto de redução da jornada de trabalho e lutando por mudanças na política econômica.

Consulta FSM

O Fórum Social Mundial traz mudanças importantes em sua edição de 2005. Uma delas é o incentivo a novas práticas de convívio e relação com a cidade. Outra é a construção da programação, que se dará a partir das demandas das entidades, buscando estimular convergências em temas afins. Para isso, foi lançada uma Consulta às várias entidades que guerem se envolver com o Fórum Social Mundial. Confira em www.consultafsm.org.br

FME

De 28 a 31 de julho acontece o Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre. Inscrições e mais informações em www.forum mundialdeeducacao.com.br

Firmando compromisso

A partir dessa edição, iniciamos uma campanha de assinaturas do Democracia Socialista. Você já fez a sua? Apresente também o jornal aos colegas e amigos.

PSOL – um novo partido

Sem lastro. Opção desconsidera necessidade de ambiente social e político "quente".

Os deputados federais Babá, Luciana e João Fontes anunciavam a sua formação mesmo antes da expulsão do PT. Agora o "novo partido" tem nome: Partido do Socialismo e da Liberdade. A senadora Heloisa Helena é a principal porta voz da nova agremiação.

O PSOL reúne como força militante fundamentalmente as correntes políticas Movimento de Esquerda Socialista (MES) e Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST). Estas duas organizações fazem parte da tradição do trotskysmo morenista. Permaneceram no PT, ainda unificados, como CST, quando a maioria da então Convergência Socialista formou o PSTU.

Ex- militantes e dirigentes do PSTU, como Junia Gouvêa e Martiniano Cavalcante, que saíram deste partido em momentos distintos, integram a direção

do PSOL. Um grupo modesto de militantes que romperam com a as decisões da Conferência Nacional da Democracia Socialista, agruparam-se na "Liberdade Vermelha" e foram para o PSOL. Não submeteram sua decisão a nenhum debate coletivo na DS.

Milton Temer e Carlos Nelson Coutinho - que nos ensinou Gramsci e o conceito de processo na revolução - também estão no novo partido, assim como Francisco de Oliveira.

A posição da DS

A 7ª Conferência da DS aprovou a seguinte resolução: "O desencanto com o governo Lula e o descontentamento com o PT podem conduzir diferentes vertentes políticas a se reunirem e proclamarem uma agremiação política. Mas vivida a experiência do PT, sabemos que para construir uma ferramenta

política é preciso muito mais. E não estamos falando das 480 mil assinaturas exigidas pela legislação para se obter o registro eleitoral. Mas sim de um ambiente social e político "quente" o suficiente para forjar diferentes concepções num programa comum que produza uma ação política transformadora.

Consideramos atual manter a defesa dos valores positivos da trajetória do PT (contribuição programática, direito de tendência e democracia interna, conquistas feministas, síntese de experiências e de forças de esquerda). Nesse contexto, é preciso também reatar os laços entre a organização partidária e o amplo movimento políticosocial em torno ao PT.

Buscamos intervir nos processos de disputa de rumos do partido com a legitimidade da defesa desse projeto histórico e

estratégico de um partido socialista e democrático. E, frente ao desenvolvimento conflitivo do partido, é mais necessária ainda a construção de uma grande corrente de esquerda como pólo de referência da reconstrução e funcionamento do PT como um partido socialista e democrático.

A construção desta corrente e a luta pela reconstrução socialista do PT representam uma alternativa tanto à aceitação das pressões para adaptação ao curso de descaracterização programática quanto às saídas em direção a um projeto sectário de partido, ambas renunciando à experiência de construção de um partido socialista e democrático de massas."

(Resolução da 7ª Conferência Nacional da Democracia Socialista – tendência do Partido dos Trabalhadores, novem*bro de* 2003)

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud **Equipe editorial:** Nalu Faria, Caio Galvão,

Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho **Editor:** Carlos Henrique Árabe

Editor assistente: João Brant Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Jornalista Responsável:

João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP Fechamento: 25 de junho de 2004

Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA. Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 Fax (11) 3666-5550 emtemposp@uol.com.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPCÃO DE ASSINATURA É: APOIO: 50.00 NORMAL: 30.00

NOME:

ENDERECO:

FONE:

Salário Mínimo: nada a comemorar

Reajuste-micro. Leituras e lições que podem ser tiradas da aprovação dos R\$ 260.

Mais uma vez a política econômica conduz o governo Lula a uma derrota política. Neste caso, com a proposta do salário bem mínimo, a uma dupla derrota: perdeu junto aos trabalhadores e favoreceu que a direita se apresentasse como se fosse defensora de bandeiras populares.

A posição encaminhada pelo governo quanto ao salário mínimo de R\$260,00 é similar à da direita parlamentar (PSDB e PFL). Ambos propõem pagar o aumento do salário mínimo com recursos da área social. O governo, através de seus representantes no parlamento, vem utilizando o "argumento" de contrapor aumentos do salário mínimo aos gastos sociais em geral. Vale dizer, de não apoiar uma política de valorização do salário mínimo em uma redistribuição do orçamento em favor dos mais pobres, reduzindo o superávit primário, por exemplo. De outro lado, o PFL foi explícito por meio do relator do substitutivo na Câmara dos Deputados: os recursos necessários para cobrir a elevação do salário mínimo para R\$275,00 seriam subtraídos da reforma agrária e do bolsa-família.

Combinação nefasta

A política econômica deve ser julgada pelos seus "fundamentos" econômicos – o que já é suficiente para considerá-la incompatível com o programa que elegeu Lula. E deve ser avaliada também pelos resultados políticos que produz. Ela vai contra a base social do PT, que não pode se mobilizar por medidas antipopulares.

Aliás, essa mesma política econômica pede mobilização contrária. E cria espaço para a direita se apresentar, demagogicamente, como defensora de bandeiras populares. Assim, assistimos a figuras como ACM ou o líder do PSDB, Arthur Virgílio, posando de "bons mocinhos".

As posições do PT e da CUT

Na última reunião do Diretório Nacional, a maioria da direção recuou da defesa da duplicação do poder de compra do salário mínimo até o final do mandato, um dos compromissos do programa que elegeu Lula. Ainda assim, manteve como orientação a necessidade de uma política de recuperação significativa do salário mínimo, como um dos instrumentos de distribuição de renda e de intervir na ampliação do mercado interno.

Contudo, nem esse mínimo de orientação foi levado em conta pelo governo. Assim, mais uma oportunidade está sendo jogada fora. Além disso, a tenta-



Balaio de gato. ACM, Arthur Virgílio e Heloísa Helena comemoram a aprovação dos R\$ 275 no Senado.

A dura tarefa da esquerda do PT

Arapuca. Enfrentamento impõe desafios para que a direita não saia fortalecida.

A estratégia da esquerda partidária frente às medidas antipopulares resultantes da política econômica em curso ainda está em construção e em debate. Esse é mais um momento desse processo. Dele podemos considerar dois aspectos importantes.

O primeiro é que não é qualquer tipo de derrota da política econômica do governo que fortalece a construção de uma alternativa à esquerda. Quando essa derrota é capitaneada pela

direita, em especial o PSDB e o PFL, obviamente quem a capitaliza é a própria direita. É ela que se fortalece para negociar e impor mais posições à direita sobre o governo ou para acumular forças eleitorais em seu proveito. A esquerda não pode se submeter a isso, sob pena de descaracterizar-se.

Coordenação comum

O segundo aspecto decorre do primeiro: o enfrentamento da

política econômica conservadora, para que resulte em acúmulos para alternativas à esquerda, deve combinar várias frentes de luta e uma coordenação comum da esquerda do PT. Na ausência dessas condições, o espaço de atuação fica muito restrito e pode levar a riscos maiores: na tentativa de derrotar essas políticas, acabar por favorecer a direita liberal.

È imenso o desafio de combinar mobilização social, luta parlamentar e intervenção das corren-

tes de esquerda do PT aliadas a setores que também lutam para uma mudança de rumos. E até agora seus passos têm sido limitados. Frente a esse problema crucial não há atalhos. É preciso trabalhar nesse sentido, tirando e aplicando as lições de todos os acontecimentos, o que aponta para a construção de uma esquerda orgânica no PT; ou seja, um campo político militante, unificado com bases programáticas, afirmativo de um projeto de outro rumo para o PT.

tiva de exigir disciplina da bancada com base em uma posição do governo que não segue uma orientação (mínima) do partido é completamente sem valor.

Já a CUT defendeu uma elevação do salário mínimo para R\$300,00 e uma política de recuperação consistente até o final do mandato de Lula. Mas não mobilizou. Limitou-se a pressionar "por dentro" do governo. Nem mesmo a tradicional pressão aos parlamentares foi realizada. Essa postura desmobilizadora rebate na conjuntura do país e enfraquece a construção de alternativas favoráveis aos trabalhadores. No debate e na contraposição necessária à política econômica, a ausência da CUT é cada vez mais sentida.

A esquerda do partido

Diferente de outras situações, nesta questão houve um esforço de unificação das correntes de esquerda do PT. Já no seminário promovido pela Articulação de Esquerda e pela Democracia Socialista, com a participação da maioria das demais correntes de esquerda do PT, estabeleceu-se um posicionamento contrário ao reajuste proposto pelo governo, e, com base nas posições do próprio PT, a disposição de intervir unificadamente para conquistar avan-

ços na definição do salário mínimo. Também nesse mesmo sentido, mais de vinte parlamentares do PT expressaram, por meio de nota, a disposição de intervir de forma unificada para alterar essa política do governo.

O voto na Câmara dos Deputados desses parlamentares foi, no entanto, subdivido em três manifestações: voto favorável ao substitutivo apresentado pelo PFL que elevava o salário mínimo para R\$275,00, voto contrário ao PFL seguido de abstenção na proposta do governo, e voto na proposta do governo seguido de apresentação de emenda elevando para R\$280,00 o salário mínimo. Di-

vididos, essas manifestações tiveram seu impacto reduzido.

Nesse momento, o voto que melhor preservaria o objetivo de mudar uma posição do governo sem, ao mesmo tempo, conferir uma vitória à direita (o PFL) era a abstenção.

No Senado, parte dos parlamentares crítica à proposta do governo resolveu votar junto com PSDB e PFL, derrotando o governo mas subordinando-se à direção da direita.

Finalmente, na aprovação definitiva pela Câmara dos Deputados, a estratégia da esquerda repetiu os mesmos problemas da primeira votação, com a fragmentação dos votos.

Entre a incerteza e a esperança

Lula e o PT. A importância de se manter vivo o programa do partido diante do governo.

Flavio Koutzii

Nosso Governo, a situação do partido e as expectativas da sociedade ainda estão enormemente tensionadas. É verdade que a esperança venceu o medo. Como também é verdade que no lugar da esperança instalou-se a incerteza. Avaliemos nossas principais referências.

Sobre o programa

Devemos sempre ter presente a diferença entre o programa do partido e o programa do governo. Refletindo sobre o programa do PT, é evidente que os resultados do Encontro Nacional realizado em dezembro de 2001, em Pernambuco, mudaram algumas posições, a partir do estabelecimento de uma clara e legítima maioria.

Resumidamente, recuamos algumas bandeiras e flexibilizamos as alianças. Ao longo de 2002, fizemos o que devíamos fazer: concentração e esfoço total para eleger nossos candidatos, especialmente Lula. Ao longo do ano, na dinâmica mesmo da eleição, na pressão que nos mostrava cada vez mais a possibilidade de vitória, fizemos novos ajustes (portanto, continuamos mudando).

Em 2003, o ritmo de governar o Brasil e a premência de algumas iniciativas políticas criaram uma dissintonia entre as nossas velhas referências e novas urgências (portanto, continuamos mudando).

É fácil, então, perceber por que, após a inflexão programática do Encontro de 2001, passaram-se mais de dois anos sem que o partido explicitasse como fica o seu programa. Se ainda vale o velho programa ou se uma nova proposta (2002/ 2003), embora não tenha sido discutida, é a que passa a valer. Infelizmente, portanto, estamos num terreno de perda de paradigma, modelos e referências.

Sobre o partido

Nesta dura confrontação estabelecida, nossos adversários usam a fala do partido para colocar o Governo Lula em contradição ou paradoxo. O resultado é que o partido acaba calando para não "atrapalhar" e vai ficando cada vez mais "sem lenço e sem documento". Vejamos melhor a questão partidária.

■ Geralmente – e não há surpresa nisso - quando vencemos uma eleição que nos permite governar uma cidade, um estado ou mesmo um país, é típico o fato de que o aparelho de Estado drena uma grande parte dos quadros partidários mais experientes e preparados.



 Constata-se igualmente que o aparelho de Estado acaba fazendo preponderar o peso de sua existência material e seu poder efetivo em relação à estrutura partidária. Também isso não é novidade.

■Sabemos, desde as nossas primeiras experiências administrativas, que o programa de governo não é igual ao programa do partido. Embora lhe seja devedor quanto aos fundamentos, necessariamente o programa de governo se faz com maior amplitude, universalmente e para o conjunto do município, do estado ou do país.

Mas exatamente por esta contingência, a nitidez do programa partidário não pode desconstituir, subsumir ou mesmo sumir diante do programa de governo. A "fala" do partido e a "fala" do governo não são iguais, mas são imprescindíveis uma

■ Seria ingênuo e simplificador imaginar que não há uma forte tensão entre as duas "falas" ou os dois discursos. Isto é natural e previsível. O problema é se uma das partes fica muda. É o que acontece atualmente em nível nacional.

■ É claro que a magnitude do Governo federal, a sua dimensão estratégica, a indiscutível importância de que as coisas dêem certo e as imensas dificuldades a enfrentar centra-

lizam de tal forma a estrutura do país - e a nossa dentro dela que todas as coisas têm como medida o que é bom, necessário ou imprescindível ao governo Lula.

 Consequentemente, as nossas "razões de Estado" só aumentam de importância e, portanto, os movimentos táticos, a ampliação de alianças, as concessões políticas inesperadas em torno de grandes temas – transgênicos, FMI, etc. – passam a ser não somente a "fala" do Governo, mas a "fala" do partido, já que o PT é indissociável do Governo Lula e o Governo Lula inseparável do PT.

Sobre a figura do presidente

O presidente Lula começa a ter um certo desgaste porque acaba segurando – ele mesmo – o prestígio e a autoridade política e moral do Governo. Portanto, acaba sendo ele o escudo do Governo e, obviamente, vai tendo erosionada a sua imagem.

É complicado ser uma gigantesca liderança popular na época do neoliberalismo triunfante em nível mundial. Isto porque a estrutura e os recursos do aparelho de Estado cada vez mais frágeis não permitem uma resposta nítida para as políticas sociais e os grilhões da política econômica herdada continuam drenando a energia e os frutos do trabalho do povo brasileiro.

É complicado "manter a popularidade" de um líder popular (a redundância é intencional) quando ele não pode fazer o que fez o velho populismo - Vargas e Perón – , concedendo leis e direitos aos trabalhadores e nem pode desenvolver uma política moderna de leis e mudanças sociais. Isso porque, de um lado, o Estado está quebrado e, de outro, a dívida come e determina os caminhos de uma parte importante dos resultados da atividade econômica do país.

Sobre o conteúdo do discurso

A situação se agrava na medida em que o "discurso" do governo e, particularmente, do presidente é o de explicar com energia porque não fazemos o que desejaríamos. Assim, o discurso é convencer que é preciso compreender que os programas da esperança são de distante realização.

Se existe uma pedagogia política – e sabemos que sim – é um grande complicador que em vez de falar o que queremos fazer, passamos o dia explicando por que não temos força para fazer o que queremos.

Sobre a ausência de símbolos

É muito negativo que com quase um ano e meio de governo não tenhamos conseguido afirmar símbolos positivos notáveis e simples para identificar melhor por que esse governo não é igual aos outros – e não é. Entre as oportunidades mais evidentes que perdemos para fazer um sinal em direção aos setores populares, está a opção governamental pelo salário mínimo de R\$ 260.

Compreendemos profundamente que a nossa vitória nacional se deu sob condições de cerco, herança nefasta, destruição do país e do aparelho de Estado, como também temos consciência da forma dramática com se deu a inserção subserviente do Brasil no mundo globalizado. Mas, por isto mesmo, se a evolução positiva das metas que estabelecemos na última campanha presidencial é fatalmente lenta e cheia de obstáculos, não é possível percorrer este caminho sem sinalizar e concretizar, ao menos em determinadas situações, posições claras que segurem a confiança dos trabalhadores.

Sobre a época histórica

Devemos ter uma permanente consciência e um militante trabalho de conscientização da nossa gente sobre o mundo onde estamos e o poder de retaliação e destruição - seja por meios militares ou financeiros - que a direita hegemônica e predadora possui.

Por tudo isso, nunca é demais insistir na fragilidade da conjuntura, na necessidade estratégica de defender o nosso projeto, na consciência dilacerante de compreender como ele evolui por entre contradições e dificuldades. É só assim que doloridos e lúcidos agüentaremos o tranco, continuaremos na luta e renovaremos a esperança.

Flávio Koutzii é deputado estadual pelo PT no RS

Fortaleza é mais PT

Município com mais de 2 milhões de habitantes, Fortaleza foi uma das primeiras capitais em que o PT foi eleito para a prefeitura, em 1985. O partido, entretanto, não lancava candidatura própria para as eleições municipais desde 1992. Esse ano o PT volta a ter candidato. Luizianne Lins, jornalista e professora universitária, venceu as prévias e irá disputar a prefeitura. A trajetória da atual deputada estadual a credencia. Luizianne foi presidente do PT de Fortaleza, e tem uma história de lutas aguerridas. Enfrentou o turismo sexual no estado, a máfia das carteirinhas estudantis, e atualmente preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Nessa entrevista, ela conta sobre a opção da candidatura própria, fala do cenário de uma eleição com seis candidatos fortes e expõe as suas propostas para Fortaleza.

Faz doze anos que o PT não disputa diretamente a Prefeitura de Fortaleza. Por que a opção de sair candidata?

Trata-se, em primeiro lugar, de um sentimento forte na maioria da base do PT. Ele vem desde as eleições para governador em 2002, quando José Airton ganhou a prévia, foi candidato e chegou ao segundo turno. Acabou perdendo por apenas 3000 votos. Isso dentro de um cenário em que o PSDB era favorito, e não se acreditava que um candidato da esquerda pudesse chegar, nem que haveria um segundo turno.

Desde lá ficou perceptível a importância da candidatura do PT. A votação expressiva do José Airton em Fortaleza também contribuiu, e chegamos agora com um sentimento forte na base do partido pela candidatura própria. Isso ficou expresso na existência de 3 pré-candidaturas.

Qual foi a avaliação em relação à possível aliança com o PC do B?

Nós apoiamos o Inácio Arruda (candidato pelo PC do B) duas vezes, em 1996 e depois em 2000. Na ocasião eu era presidente do PT de Fortaleza e fizemos a opção pela candidatura do Inácio, mesmo tendo maioria no partido para me lançar candidata a prefeita já naquele momento. E jogamos um peso grande na campanha dele.



Portanto não temos nenhum veto ao nome dele, nenhum tipo de restrição, mas consideramos importante ter algumas alternativas de esquerda para garantir estar no segundo turno. Seja com a minha candidatura, do deputado Inácio Arruda ou do deputado Heitor Férrer, que é do PDT mas que sempre se articulou aqui no Ceará com a esquerda.

O próprio PT nacional aponta Fortaleza como a cidade mais petista do Brasil, ou seja, o maior percentual de eleitores que tem o PT como partido favorito se dá em Fortaleza. Isso é muito importante, porque mostra que o partido pode ter um grande potencial eleitoral. Também foi algo que nos motivou.

"Fortaleza é a cidade mais petista do Brasil"

Com tantos candidatos, com quem vai se dar a disputa nas eleições? Qual o cenário que te aguarda?

Vamos disputar, em primeiro lugar, com a máquina do PMDB, há 14 anos no poder. O atual prefeito Juraci Magalhães apóia a candidatura do seu secretário de finanças, Aloísio Carvalho. Eles vêm marcados pela corrupção, em função de muitos escândalos que aconteceram, inclusive em torno da família do Prefeito. O uso da maquina é escancarado, com muito assistencialismo. Também o PSDB e o PFL terão candidatos próprios.

Além disso, vamos ter três candidaturas da esquerda. Uma questão fundamental será manter o respeito mútuo, sem agressões nem jogo pesado de bastidores. Claro que essa é uma preocupação de uma forma geral na campanha, mas em especial com o campo da esquerda.

É um cenário muito provável que vá no mínimo uma candidatura de esquerda para o segundo turno, e aí temos que garantir uma aliança incondicional. É importante que já se acorde que independentemente do resultado eleitoral – seja a nossa candidatura, a do Inácio ou a do Heitor – nós possamos estar aliados para derrotar a direita.

Quais os principais planos para

É preciso pensar a cidade com um outro tipo de relação entre poder público e sociedade, entre quem administra o orçamento, quem decide as prioridades da administração pública e das políticas públicas e a população. Estamos nos dispondo a contribuir principalmente para mudar a cultura política do município.

Além disso, o PT traz de suas administrações inúmeras experiências de políticas públicas bem sucedidas. Temos a preocupação de que elas sejam massificadas, atinjam uma grande parte da população, e que sejam viáveis do ponto de vista orçamentário, que nós realmente possamos priorizar. Não podemos dizer ao povo que nessa sociedade capitalista conseguiremos resolver todos os problemas de uma cidade. É preciso estabelecer prioridades, com consciência dessas limitações.

"Queremos mudar a cultura política do município"

Como vocês pretendem materializar esse processo de participação popular e democracia participativa?

Um ponto fundamental, que já vem sendo desenvolvido no processo da campanha, são os seminários regionais, no formato de assembléias populares. Dividimos estrategicamente a cidade em 22 micro-regiões onde estão acontecendo seminários regionalizados de bairro. A partir de um material do diretório municipal, nós temos debatido questões como Agenda XXI, a construção dos conselhos populares e a idéia de um governo democrático e popular.

As pessoas então se dividem em grupos e partilham o que seriam essas experiências no seu local de moradia, no seu bairro, na sua cidade. Isso aponta que desde o primeiro momento nós vamos ter uma diferença fundamental: a participação popular. Mecanismos efetivos para que a gente possa, a exemplo de outras capitais, como Porto Alegre, fazer o povo da cidade sujeito de uma administração pública. Esse é um fundamento básico, que vai nortear todas as etapas do programa de governo.

Como articular essas políticas com as propostas específicas de cada área?

Estamos formulando propostas também a partir de áreas temáticas, como por exemplo a

questão da Saúde. Hoje só temos efetivado cerca de 16% do Programa de Saúde da Família em Fortaleza. Nossa equipe fez esse diagnóstico e já está promovendo um levantamento junto ao Ministério da Saúde e à Prefeitura para saber, na prática, o que significaria efetivar 100% da cobertura do PSF. Quanto isso depende do Município e o quanto do Governo Federal? Para todo o programa de governo estamos buscando apontar algumas saídas concretas.

Também quero trazer para o âmbito municipal o debate sobre Direitos Humanos. Uma proposta é a criação de instituições protetoras dos direitos dos cidadãos e cidadãs mais humildes. Por exemplo, um serviço de assistência jurídica gratuita, uma espécie de defensoria pública municipal. Seria igualmente fundamental um serviço municipal de defesa do consumidor, inclusive quanto aos serviços públicos, principalmente os terceirizados.

Como será a experiência de ser candidata pelo mesmo partido que governa

Será um momento muito específico para as candidaturas do PT, é a primeira vez que isso acontece. Isso vai trazer algumas situações que nós nunca lidamos, tanto coisas positivas como negativas. Temos que assumir isso com humildade. Está todo mundo na expectativa do Governo Lula, todo mundo querendo que dê certo, mas preocupado com os rumos. Ficamos naquele sentimento de torcer para que dê certo.

6 Democracia Socialista Julho 2004

Mirem-se no exemplo das mulheres militantes

Tomando partido. Conferência deve construir medidas para conter a expansão do mercado.

Brasília será a sede da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de 15 a 17 de julho. A Conferência contará com a participação de 2000 delegadas, e está sendo organizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O amplo processo de mobilização para a Conferência é expressão da grande expectativa dos movimentos sociais frente ao governo Lula, somada à ampliação da organização das mulheres, em particular dos setores populares em nosso país.

As propostas de organização

O debate em torno a políticas públicas para as mulheres iniciou nos anos 80, e teve como primeira proposta de institucionalização os Conselhos dos Direitos da Mulher, proposto naquele momento pelas feministas vinculadas ao PMDB e apoiado por um setor do movimento de mulheres.

As feministas do PT apontaram os limites dessa iniciativa. uma vez que os Conselhos são órgãos de assessoria ao governo, sem poder de implementação de políticas, e suas participantes são indicadas pelo Executivo, sem um caráter de representação. Mas a crítica mais forte se referia ao seu caráter híbrido – em parte governo, em parte movimento – o que gera confusão e tensões na relação Estado-movimento.

No PT, foi construída a proposta de Secretarias com objetivo de elaboração e implementação de políticas, e que portanto deve ter interlocução com o conjunto do governo. Do ponto de vista do conteúdo, a proposta é de uma política a partir de eixos estruturantes, que possa orientar a ação do conjunto do governo, combinando políticas universais, que atinjam o conjunto das mulheres, com políticas específicas de combate à desigualdade e discriminação. É essencial enfatizar a importância da relação com o movimento de mulheres e sua percepção como

Os papéis da Conferência

O momento em que acontece a Conferência é delicado para o país. O quadro atual da política econômica tem mantido a concentração de riquezas e o baixo alcance das políticas sociais. No combate à pobreza, o governo mantém políticas focais em que tem prevalecido uma visão conservadora, que não trata as mulheres em uma perspectiva de construção da autonomia e da emancipação.

É fundamental que na Conferência se construa um posi-



Brasília em lilás. Militantes do movimento de mulheres durante a Marcha das Margaridas, em 2003.

cionamento em favor de mudanças estruturais, de políticas que orientem para uma ruptura com o livre mercado. O objetivo deve ser conter a expansão do mercado sobre a vida das pessoas e recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento voltado para o mercado interno e para o consumo de massas. Isso implica em debater o atual padrão de consumo, que impõe um modelo insustentável ecológica e socialmente. O cuidado e a reprodução dos seres humanos devem passar a ser o centro dessa proposta política.

Maternidade e autonomia

Outro campo de definições necessário na Conferência se refere às propostas voltadas para construir a igualdade de gênero, considerando a situação do conjunto das mulheres, e levando em consideração, portanto, as dimensões de classe, raça/etnia, idade e exercício da sexualidade. Para garantir cidadania plena às mulheres, a maternidade deve ser reconhecida como função social e o governo deve garantir creches e escolas em período integral.

A Conferência também deve se posicionar em relação à autonomia sobre o corpo, que inclui políticas no sentido de assegurar uma vida sem violência e cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Deverá enfrentar a atual situação em relação à criminalização do aborto, que é condição para que as mulheres tenham direito de autodeterminação em relação à maternidade. Da mesma forma, deve promover um amplo debate na sociedade sobre o papel dos homens na educação dos filhos e no trabalho doméstico.

Este será um momento chave do processo de elaboração de uma Política Nacional de Igualdade para as Mulheres. A Conferência deverá definir mecanismos de continuidade do debate, fomentando espaços democráticos de participação das mulheres como parte do processo de institucionalização desta política para igualdade em todas as esferas e níveis do Estado. Isso pressupõe o fortalecimento dos movimentos sociais como sujeitos políticos do processo de transformação social que passa também pela transformação do Estado.

O que é o ecossocialismo

Manifesto internacional.

Corrente articula meio ambiente e socialismo.

Michael Löwy

O Manifesto Ecossocialista Internacional, publicado nos Estados Unidos e na França, e, mais recentemente, o Manifesto Ecossocialista brasileiro, são algumas das manifestações de um fenômeno que tem se desenvolvido em vários países. Um fenômeno que é herdeiro de muitos anos de lutas, como por exemplo, no Brasil, o combate e o sacrifício de Chico Mendes.

O que é então o ecossocialismo? Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação que se reclama ao mesmo tempo da defesa ecológica do meio ambiente e da luta por uma alternativa socialista. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro capitalistas conduz à destruição dos equilíbrios naturais, com conseqüências castróficas para a humanidade.

Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso - em sua forma capitalista e/ou burocrática - e em oposição à expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo incompatível com a proteção da natureza, esta corrente representa uma tentativa original de articular as idéias fundamentais do socialismo - marxista e/ou libertário – com os avanços da crítica ecológica.

Um outro tempo

A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que toma em consideração a temporalidade

longa dos ciclos naturais. Não se trata de opor os "maus" capitalistas ecocidas aos "bons" capitalistas verdes: é o próprio sistema, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido, que é destruidor do meio ambiente.

É necessária uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população - e não as leis do mercado ou um bureau político autoritário - decide, democraticamente, as prioridades e os investimentos.

Essa transição conduziria

não só a um novo modo de proaução e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um modo de vida alternativo, uma nova civilização, ecossocialista, mais além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção ao infinito de mercadorias inúteis.

Os ecossocialistas sabem que os trabalhadores do campo e da cidade, mais além dos limites de suas organizações sindicais e políticas atuais, são uma força essencial para a transformação radical do sistema e o estabelecimento de uma nova sociedade.

Leia a íntegra do manifesto ecossocialista em www.democraciasocialista.org.br

Michael Löwy é sociólogo brasileiro radicado na França, militante ecossocialista e internacionalista.

Momento crucial para a reforma sindical

Sob risco. Negociações trazem avanços, mas resultado depende de tramitação no Congresso

A proposta de reforma sindical que saiu do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) traz avanços: exige das entidades um mínimo de representatividade, possibilitando a não-exclusividade: reconhece oficialmente as centrais sindicais, a partir de sua representatividade na base; cria os sindicatos por ramos de atividade; acaba com o imposto sindical e melhora os processos de negociação. Além disso, possibilita que alguns direitos sejam inegociáveis, não deixando que o negociado se imponha ao legislado, e mantém o direito de greve.

O projeto, contudo, não é consenso dentro da esquerda. Há, por exemplo, uma vertente do movimento sindical que caracteriza o Governo Lula como neoliberal, e classifica tudo o que vem do governo nessa definição. É o caso do PSTU, que dessa forma se alia aos setores mais atrasados do sindicalismo. com centrais e sindicatos sem representação real na base.

Entre os críticos estão também outros setores da CUT que consideram que as propostas do FNT não expressam satisfatoriamente as posições históricas da Central. Rosane da Silva, diretora da CUT, discorda das críticas. "Se é verdade que essas posições seriam um ataque mais fundo ao sindicalismo atrasado, elas trariam também enormes riscos para setores sindicais já fragilizados pelos ataques neoliberais", pondera. Além disso, lembra ela, "a própria base da Central já não defende a liberdade sindical nos termos enunciados vinte anos atrás", conforme atestam pesquisas internas da CUT.

Sínteses históricas

Os debates sobre liberdade sindical remontam à fundação da própria CUT. A entidade surgiu em 1983 a partir da luta contra a "estrutura sindical oficial" (unicidade, imposto sindical, poder normativo da Justiça do Trabalho). Houve algumas alterações na Constituição de 1988, mas a democratização da legislação ficou incompleta. Hoje são mais de 14 mil de sindicatos de trabalhadores oficialmente registrados, a maioria dos quais apenas sindicatos "de carimbo".

O primeiro esforço de síntese das propostas da CUT veio em 1992, com a proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT). Era preciso, porém, enfrentar contradições internas na base da Central. No Concut de 1994, por exemplo, pesquisas mostravam que os delegados não queriam abrir mão da unicidade sindical. No entanto, votaram a favor de mudanças profundas na estrutura sindical.



Desde 1983. Congresso de Fundação da CUT, que foi criada com o objetivo de lutar contra a estrutura sindical oficial.

No decorrer da década de 90, a tentativa de articular um projeto de síntese com propostas que enfrentassem o "entulho neoliberal" de FHC passou a ser o desafio do movimento sindical. Em 2002, ao assumir o governo, Lula acenou com medidas positivas contra a terceirização e pela revogação da medida que facilitava às empresas fazer valer o "negociado" sobre o "legislado". Os debates na bancada sindical e na delegação cutista do FNT viriam apontar para uma nova síntese.

Acordos e desacordos

No Fórum, trabalhadores, empresários e governo participaram tentando alcançar o consenso em relação às questões propostas. O resultado melhora a estrutura vigente, mas houve desacordo em relação à organização no local de trabalho. Sem consenso, cabe agora ao governo propor uma saída. A proposta histórica da CUT prevê que os sindicatos têm o direito de organizar os trabalhadores dentro das empresas. Os empresários não

querem reconhecer esse papel, apoiando, na prática, o sindicato por empresa.

Para garantir os avanços, será preciso organização dos trabalhadores para fazer pressão no Congresso. O primeiro risco é que a proposta de reforma sindical tramite junto com a reforma trabalhista. "É fundamental que elas tramitem separadas, para que não sejam usadas como moeda de troca por empresários e políticos", afirma a diretora da CUT.

Será necessário cobrar do

governo empenho para o que foi acordado não sofra alterações. O processo deflagrado não está finalizado, e não há consenso em questões chave, como é o caso da organização no local de trabalho. Há também o risco da votação em separação dessas questões polêmicas da reforma sindical, o que enfraqueceria a proposta. "Não podemos abaixar a guarda", diz Rosane. Nunca houve ilusão, afinal, de que mudanças que beneficiam os trabalhadores passariam sem esforço.

De que lado está o MEC?

Universidade em xeque. Reforma universitária anunciada não muda o quadro atual.

As principais propostas do governo Lula para o ensino superior representam a continuidade das políticas dos últimos governos. O Programa "Universidade Para Todos" indica a isenção de uma série de tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI. Trata-se, como têm denunciado uma série de entidades, de um processo de compra de vagas. O Estado, que deveria ter a responsabilidade de promover a expansão da rede pública, irá transferir recursos públicos para que instituições privadas realizem a "democratização" do acesso ao ensino superior. O PROUNI reforçará portanto, a supremacia do privado sobre o público.

Uma outra proposta que merece apreciação é o projeto da Lei de Inovação Tecnológica. Prevalece nele a visão de que a pesquisa deve resultar necessariamente em ganhos econômicos dentro de uma dinâmica de competição, empreendedorismo e investimento condicionado. O projeto visa integrar as universidades ao jogo do mercado, onde o resultado da produção científica e da inovação tecnológica é medido única e exclusivamente por sua capacidade de auferir resultados positivos (lucros) para o investidor desta área.

Além destes, temos o projeto de Parceria Público-Privada, que também poderá ter conseqüências desastrosas para a pesquisa e a produção de conhecimento no Brasil. Trata-se de um sistema de parcerias em que o Estado garantirá, em qualquer hipótese, a rentabilidade do capital. É por assim dizer a instituição do capitalismo sem risco.

A Reforma neoliberal do Estado brasileiro, iniciada a partir da vitória de Fernando Collor em 1989, desencadeou um processo de profundas alterações na

estrutura da educação superior brasileira. Desde o início, os principais alvos do ajuste estrutural na área educacional foram as universidades federais, entendidas como instituições "elitistas", "onerosas" e pouco eficientes. Desde lá o neoliberalismo tem buscado mercantilizar o conhecimento cientifico, impondo a lógica produtivista ao trabalho universitário.

O conjunto de mudanças na estrutura da educação superior no Brasil se dá em perfeita harmonia com as diretrizes de organismos internacionais - como Banco Mundial e BID - para a educação nos países periféricos. Em 1994, nada menos do que 40% dos recursos internacionais emprestados ao Brasil pelo Banco Mundial destinaram-se a projetos educacionais. Desta forma estes organismos se tornaram agentes fundamentais na formulação de políticas educacionais no país. Não seria exagero falar

na existência de um verdadeiro Ministério da Educação paralelo.

O estágio atual

As diretrizes e princípios da Reforma da Educação Superior anunciada no dia 7 de junho pelo MEC conjugam um conjunto de propostas inconclusas e demasiadamente genéricas, com algumas positivas e outras de caráter absolutamente questionável.

No entanto, o MEC em momento algum explica como fará uma reforma sem interromper outra, já em curso, e que compromete o futuro da Universidade pública no Brasil. Enquanto não for revertido o processo de mercantilização da educação superior, enquanto nossas políticas educacionais estiverem submetidas às diretrizes do Bando Mundial e não for promovida a revalorização e o resgate da universidade publica, seremos obrigados a dizer que esta não é a nossa reforma.

Via Campesina critica FAO e rechaça OMC

IV Conferência. Lutas contra os transgênicos e pela soberania alimentar são prioridade.

Não é só no Brasil que políticas agrícolas têm incentivado o agronegócio e prejudicado os pequenos agricultores. As lutas por mudanças na Política Agrícola Comum da União Européia, contra o uso de mão-de-obra semi-escrava nos Estados Unidos ou contra o plantio de transgênicos da Monsanto na América Latina representam reivindicações de pequenos camponeses de todo o mundo.

Unidos por uma plataforma comum de lutas, cerca de 450 integrantes de movimentos camponeses de 76 países participaram da IV Conferência Internacional da Via Campesina - organização que congrega movimentos de pequenos agricultores e sem-terra de todo o mundo -, realizada de 15 a 19 de junho, em Itaici (SP). A última edição da Conferência havia acontecido na Índia, em 2000.

Os pilares camponeses

A plataforma de ações da Via Campesina inclui pontos como reforma agrária e a luta contra os transgênicos. Entre esses pontos, um dos principais para a entidade é a soberania alimentar. Em poucas palavras, ela representa o direito das populações, dos seus Estados ou Uniões a definirem a sua política agrícola e alimentar, sem dumping (preço de venda menor do que o custo de produção) face a países terceiros.

Uma das ameaças à soberania alimentar tem sido a política de subsídios agrícolas exercida por diversos países do "Norte global". Segundo Dina Holf, pequena agricultora dos EUA que também faz parte da Comissão Coordenadora Internacional



MST 20 anos. Miguel Rossetto, João Pedro Stedile e José Fritsch, da Secretaria da Pesca, durante a festa em Itapeva (SP).

da Via Campesina, essa prática beneficia apenas os grandes agricultores e favorece as exportações ao gerar dumping. "Seria preferível ter uma política de preço justo do que de subsídios agrícolas, que têm sido usados para colocar um agricultor contra o outro. Eles têm efeitos negativos sobre os camponeses do Sul, sem representar os interesses dos pequenos agricultores do Norte", afirma Dina.

Com quem se aliar

Mais do que a afirmação de sua plataforma, um dos focos da Conferência foi o debate sobre as alianças estratégicas da entidade. A Rede de Movimentos Sociais foi apontada como aliada primordial das atividades da

Via Campesina. O debate, porém, não foi tão fácil ao se discutir a relação com organismos internacionais, tais como a FAO (Food and Agriculture Organization), agência da ONU para questão de alimentação e agricultura.

A Via Campesina vinha colaborando com a agência no último período; no entanto, a divulgação de um documento aceitando os organismos geneticamente modificados (OGMs, ou transgênicos) como instrumentos de combate à fome soou como um mau sinal. "A FAO tem mandato expresso para incentivar a pequena agricultura e combater a fome. No entanto, só nos últimos 5 anos, o número de famintos no mundo passou de 800 mil para mais de I bilhão. E agora

ela passa a aceitar os OGMs como instrumento de combate à fome", diz Rafael Alegria, de Honduras, Secretário Internacional de Operações da Via Campesina. "A FAO está se tornando um organismo a favor das transnacionais, o que a coloca na condição de nossa adversária", completa.

João Pedro Stedile, do MST, uma das entidades afiliadas a Via Campesina, denunciou ainda o modo de funcionamento das instituições internacionais, que têm como características a ausência de democracia e de expressão e participação popular. "Temos que negar a eles o direito de dizer que falam pelos povos do mundo. Eles são espaços de governo". Rafael Alegria criticou especificamente a Organização

Mundial do Comércio. Para ele, o livre comércio pregado pela organização responde apenas aos interesses das corporações.

Esse questionamento se materializa em outra bandeira da Via Campesina: "Agricultura e alimentação fora da OMC". A oposição à Organização, aliás, motivará uma semana de Jornada Mundial contra a OMC e as Transnacionais, de 19 a 24 de julho. O dia 10 de setembro também foi estabelecido como dia de lutas contra a OMC. O calendário aprovado é intenso, como têm sido as atividades da Via Campesina. A próxima Conferência já tem local determinado: será em Moçambique.

Veja nota sobre os 20 anos do MST e as perseguições ao movimento na página 2

Portugal protesta contra governo de direita

Urnas vermelhas. Resultado das eleições européias reflete força do Bloco de Esquerda.

Os resultados das eleições européias em Portugal não oferecem grandes hipóteses de leitura. Nunca, em trinta anos de democracia, a direita tinha tido um resultado tão negativo: 33%. O partido vencedor, o Partido Socialista, ganhou por uma margem superior a 11%, outra novidade no panorama político português. A coligação atualmente no governo, entre um partido de direita e extrema-direita, recebeu assim uma severa moção de censura às suas políticas privatistas, de destruição do setor público e de alinhamento com o eixo da mentira na guerra do Iraque.

Se o partido mais votado foi o Socialista (que viu o seu cabeça de lista falecer a três dias do fim de uma campanha que, assim, encerrou mais cedo), quem mais cresceu foi o Bloco de Esquerda, quase triplicando os seus resultados eleitorais de há cinco anos - passando de 1,8% para 4,9%. Mais, com eleições marcadas pela elevada abstenção (61%) que caracteriza todas as votações européias, o Bloco consegue ter mais 17.000 votos do que nas últimas eleições, nas quais votaram o dobro dos eleitores. O crescimento sustentado do Bloco de Esquerda começa a ser uma certeza, aumentando os seus resultados a cada ida às urnas.

Estas eleições européias confirmam sinais que já se vinham entrevendo nos últimos atos eleitorais. O Bloco de Es-

Nunca, em trinta anos de democracia, a direita tinha tido um resultado tão negativo.

querda não é mais apenas um fenômeno jovem e urbano, captando hoje votos em todas as camadas sociais, etárias e regiões do país. É esta tendência que permite que, perante uma abstenção recorde e que é visível essencialmente na juventude e grandes centro urbanos - onde costumava ter a maioria dos seus resultados - o movimento tenha o seu melhor resultado eleitoral de sempre.

Contra a guerra

Num cenário em que a esquerda se encontra dividida entre o Partido Socialista – e o seu alinhamento com as políticas neo-liberais impostas pelo Pacto de Estabilidade da União Européia -, e a política nacionalista do Partido Comunista, o Bloco de Esquerda marcou a campanha pela clareza das suas propostas e pela combatividade com que as defendeu. Discutir a guerra e o desemprego, assumindo que estes dois temas são o núcleo onde se decidem as políticas européias, foi o eixo da campanha bloquista.

Exigindo a retirada imediata do contingente português do Iraque, e o fim da ocupação colonial que vitima este país, o Bloco de Esquerda apresentou um programa propondo uma integração européia que não se faça em nome do monetarismo e austeridade, mas antes pela criação de políticas sociais e serviços públicos transnacionais à escala européia.

Vendo-se reconhecido como uma oposição ofensiva mas que apresenta proposta, que combateu na Assembléia da República - deputados que contam, deputados que lutam, dizia o Bloco na sua campanha – e nos movimentos sociais contra a guerra e contra a cartilha neoliberal, o Bloco de Esquerda é hoje uma realidade incontornável na política portuguesa. Veio para ficar e para incomodar cada vez mais.

Pedro Sales é assessor do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda